



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

COMISSÃO ESPECIAL

RESOLUÇÃO nº 01, de 29 de agosto de 2025.

Institui a Computação no Sistema Municipal de Ensino do Município de Carlos Barbosa como complemento ao Documento Orientador Curricular (DOTMCB), nos termos das Resoluções CNE/CEB nº 01/2022 e CEEEd nº 382/2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARLOS BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.658, de 06 de junho de 2019 e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 2/2022, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União, em 3 de outubro de 2022; na Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União, em 6 de outubro de 2022; no Ofício nº 88/2024/CEB/SAO/CNE/CNE-MEC, de 6 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Educação; na Resolução CEEEd/RS nº 382, de 20 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui a Computação na Educação Básica como complemento ao Documento Orientador Curricular (DOTMCB), nos termos da Resolução CNE/CEB nº 01/2022 e da Resolução CEEEd/RS nº 382/2024, e orienta o processo de implementação no Sistema Municipal de Ensino do Município de Carlos Barbosa.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Ensino de Carlos Barbosa deve atualizar o Documento Orientador Curricular, de forma a contemplar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Computação, adequando os demais documentos escolares como: Proposta

Pedagógica/Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Projetos Pedagógicos Escolares, Planos de Estudo, considerando as competências e habilidades da BNCC da Computação.

Art. 2º No âmbito do Sistema Municipal de Ensino fica incorporado ao Documento Orientador Curricular a BNCC da Computação – Complemento à BNCC, podendo, a rede e as instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino acrescentarem habilidades específicas no processo de atualização de suas propostas pedagógicas, bem como características locais, com a participação da comunidade escolar e local, se assim for definido.

Art. 3º O processo de implementação da Computação nos currículos da Educação Básica e suas modalidades é obrigatório e deve incorporar a implementação das competências e habilidades do complemento à BNCC.

Art. 4º Os currículos escolares da educação infantil e do ensino fundamental pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Carlos Barbosa devem incorporar e implementar a Computação, a partir das competências e habilidades dispostas na BNCC da Computação, por meio dos eixos, Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital, priorizando o Pensamento Computacional e garantindo o direito do estudante ao letramento digital, isto é, aprender a ler, a escrever, calcular e programar, e assim compreender os fundamentos da Computação.

Art. 5º O currículo da Educação Básica, a partir da incorporação da BNCC da Computação, devem atender aos interesses do processo de ensino e aprendizagem, podendo a rede e as instituições definirem o formato mais adequado para a oferta, de acordo com sua proposta pedagógica e normas educacionais, sendo na forma de:

- I – componente curricular específico, cuja a forma é recomendada, e/ou
- II – oferta transversal, cuja forma é considerada alternativa.

Art. 6º Caso a rede e as instituições de ensino optarem pela oferta de componente curricular específico, devem garantir carga horária mínima na matriz curricular, a ser desenvolvida por:

- I – Professor(a) habilitado(a) em Licenciatura na área de Computação ou equivalente “Licenciatura em Informática”, “Licenciatura em Ciências da Computação” ou “Licenciatura em Robótica Educacional”, entre outros;

ou

II – Professor(a) habilitado(a) em outra Licenciatura com Especialização em Computação ou Especialização em área afim;

ou

III – Professor(a) habilitado(a) em outra Licenciatura com formação continuada em Computação.

Art. 7º A rede e as instituições de ensino, que definirem a oferta transversal, ou componente específico, devem garantir que todos os(as) professores(as) tenham formação continuada nos eixos da BNCC da Computação – Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital, permitindo o desenvolvimento das habilidades e competências específicas previstas no currículo da rede ou instituição de ensino.

Parágrafo único. O desenvolvimento, de forma transversal, das competências e habilidades da Computação na Educação Básica deve ser efetivado por todos(as) professores(as) em suas áreas de conhecimento/componentes curriculares e/ou por meio de projetos que envolvam parte dos(as) professores(as) e suas áreas/componentes, sempre em conformidade com a proposta pedagógica da rede ou instituição de ensino.

Art. 8º A expressão dos resultados da avaliação da aprendizagem dos estudantes quando a Computação for desenvolvida por meio de componente curricular específico, deve seguir o processo de avaliação regimentado pela rede ou instituição de ensino.

Art. 9º A formação inicial e continuada de professores deve contemplar estudos e aprendizagens para que o(a) professor(a) compreenda, fortaleça e se aproprie da BNCC da Computação, nos seus três eixos: Pensamento Computacional, Cultura Digital e Mundo Digital, com ênfase em Pensamento Computacional, a fim de que sejam capazes de promover o desenvolvimento de competências e habilidades junto aos estudantes da educação infantil e do ensino fundamental.

Art. 10º A rede e as instituições devem considerar atualização de docentes com formação continuada em Computação num período máximo de até 10 (dez) anos, a contar do ano letivo de 2026, cujo período é de transição quanto à formação inicial dos(as)

professores(as) para implementação da BNCC da Computação no formato de componente curricular específico.

Art. 12º Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Aprovada em Plenário, por unanimidade dos presentes, em reunião ordinária realizada em 29 de agosto de 2025.

Carlos Barbosa, 29 de agosto de 2025.

Comissão Especial

Adriana Basso Audibert

Aline Siqueira

Andréia Maria Dotta

Francinara Dalla Pozza



Presidente do Conselho Municipal de Educação

Justificativa

A implementação da Computação no Sistema Municipal de Ensino justifica-se por diversas razões:

- **Preparação para o futuro:** A sociedade atual é cada vez mais dependente da tecnologia. O mundo do trabalho e a vida em geral exigem habilidades relacionadas ao pensamento computacional, como a resolução de problemas de forma lógica e a capacidade de pensar de forma abstrata. A implementação da BNCC da Computação prepara os estudantes para os desafios do século XXI.
- **Desenvolvimento de habilidades essenciais:** A computação não se resume a apenas programar. Ela ajuda a desenvolver habilidades como o raciocínio lógico, a criatividade e a colaboração que são fundamentais para todas as áreas da vida, não apenas na tecnologia.
- **Inclusão social:** O acesso e o domínio da tecnologia são fatores de inclusão social e econômica. Ensinar computação nas escolas ajuda a diminuir a desigualdade digital, dando a todos os estudantes a oportunidade de se tornarem cidadãos digitais.
- **Estímulo à inovação:** Ao aprenderem os princípios da computação, os estudantes são incentivados a criar e a inovar, em vez de serem apenas consumidores de tecnologia. Eles se tornam capazes de desenvolver soluções para os problemas do cotidiano.